



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 03 de agosto de 2023.
Lei nº 661, de 09 de Abril de 2007.

Ano XVII

Nº 2635



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2658, DE 02 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a homologação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Esporte e Juventude de Monte Carmelo/MG.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais conferidas pela alínea 'c' do inciso I do art. 86 da Lei Orgânica e,

CONSIDERANDO a Lei nº 1753, de 07 de dezembro de 2021, que "dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte e Juventude, na forma que especifica";

CONSIDERANDO que de acordo com o parágrafo único do art. 1º, "o conselho elaborará seu regimento interno, observadas as disposições estabelecidas" na lei supracitada;

CONSIDERANDO que os membros do conselho foram designados por meio da Portaria nº 12.876, de 03 de maio de 2023;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno do Conselho Municipal de Esporte e Juventude foi aprovado por seus membros em reunião ordinária realizada em 01/08/2023;

CONSIDERANDO que o art. 31 do referido regimento interno dispõe que sua entrada em vigor ocorrerá a partir da data de homologação pelo Prefeito Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Esporte e Juventude na forma do Anexo deste Decreto, nos termos da Lei nº 1753, de 07 de dezembro de 2021.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 2035, de 26 de dezembro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/08/2023.

Monte Carmelo/MG, 02 de agosto de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE DE MONTE CARMELO/MG

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Conselho Municipal de Esporte e Juventude é de caráter consultivo, deliberativo, propositivo, normativo e fiscalizador, subordinado diretamente à Secretaria Municipal da Juventude, Cultura e Esporte.

Art. 2º A constituição e as atribuições do Conselho Municipal de Esporte e Juventude são fixadas na Lei Municipal nº 1753, de 07 de dezembro de 2021, e neste Regimento.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Seção I

Da Composição

Art. 3º O Conselho Municipal de Esporte e Juventude será composto por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes:

- I - Representante da Secretaria Municipal da Juventude, Cultura e Esporte;
- II - Representante de Secretaria Municipal de Inclusão Social;
- III - Representante de Secretaria Municipal de Saúde;
- IV - Representante de Secretaria Municipal de Educação;
- V - Representante da Câmara Municipal de Monte Carmelo;
- VI - Representante do Operário Esporte Clube;
- VII - Representante da Associação Atlética Banco do Brasil;
- VIII - Representante da Liga Esportiva Carmelitana;
- IX - Representante dos Professores de Educação Física, indicado pela Secretaria Municipal da Juventude, Cultura e Esporte;
- X - Representante dos Atletas Amadores, indicado pela Secretaria Municipal da Juventude, Cultura e Esporte.

Seção II Da Competência

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Esporte e Juventude:

- I - cooperar com o Conselho Estadual de Desportos e com órgãos federais incumbidos da execução das políticas de esporte;
- II - adotar medidas e apoiar iniciativas em favor do incremento da prática do esporte e de atividades físicas e de lazer, objetivando a saúde e o bem-estar dos cidadãos, em estrita observância ao cumprimento dos princípios e normas legais;
- III - fornecer auxílio e informações ao poder público e à comunidade quanto aos programas e projetos que visem o aprimoramento da prática de atividades físicas e do esporte no município;
- IV - opinar, quando consultado, sobre a concessão de auxílios e recursos financeiros às entidades e associações esportivas sediadas no município;
- V - zelar pela memória do esporte;
- VI - contribuir para a formação da política de integração entre o esporte, a saúde, a educação, a defesa social e o turismo, visando potencializar benefícios sociais gerados pela prática de atividade física e esportiva;
- VII - acompanhar, a partir de análises orçamentárias, entre outras que se façam necessárias, a gestão de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e do esporte, bem como avaliar os ganhos sociais obtidos e o desempenho dos programas e projetos aprovados, manifestando-se a respeito e sugerindo aprimoramentos;
- VIII - realizar os esforços necessários ao esclarecimento de dúvidas quanto à correta utilização, por parte das entidades beneficiadas, de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esportes;
- IX - estudar, analisar, elaborar, discutir, aprovar e propor políticas públicas que permitam e garantam a integração e a participação do jovem no processo social, econômico, político e cultural do município;
- X - sugerir propostas de políticas públicas, projetos de lei ou outras iniciativas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude;
- XI - desenvolver, em conjunto com as secretarias e órgãos de assessoramento municipais, estudos, debates e pesquisas relativas às demandas da juventude;
- XII - fiscalizar e tomar providências para assegurarem o cumprimento da legislação que dispõe sobre os direitos da juventude;
- XIII - receber sugestões oriundas da sociedade;
- XIV - opinar sobre denúncias que lhe forem encaminhadas, cientificando os órgãos competentes do poder público;
- XV - apoiar, acompanhar e assessorar projetos de interesse da juventude;
- XVI - promover a cooperação e o intercâmbio com organismos similares nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional;
- XVII - estabelecer normas, sob a forma de resoluções, que disponham sobre as matérias de sua competência;
- XVIII - elaborar, aprovar e alterar o regimento interno.

Seção III

Das Reuniões

Art. 5º O conselho reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, sempre que convocado pela Mesa Diretora ou pela maioria simples de seus membros, em qualquer caso mediante manifestação escrita.

§ 1º Somente haverá reunião com a presença de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos membros, e, em segunda convocação, após 15 (quinze) minutos com a presença de, no mínimo, 4 (quatro) conselheiros.

§ 2º O presidente procederá à convocação dos conselheiros com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis para as reuniões ordinárias e 24 (vinte quatro) horas para as extraordinárias.

§ 3º Os conselheiros poderão ser convocados para as reuniões por meio do correio, e-mail, aplicativo de mensagens ou outra forma de comunicação a critério do presidente, sempre acompanhada da ordem do dia.

§ 4º As deliberações do conselho serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes na reunião, inclusive para eleição da Mesa Diretora e aprovação da proposta de alteração deste Regimento.

§ 5º É assegurado ao presidente o voto de qualidade para desempatar eventuais decisões do conselho.

Art. 6º As reuniões deverão ser presididas em local de livre acesso e que possibilite a participação da comunidade, vedada a votação popular.

Art. 7º A presença dos conselheiros às reuniões plenárias será registrada na respectiva ata e assinada pelos presentes.

Art. 8º O Conselho Municipal de Esporte e Juventude terá recesso anual no mês de janeiro.

**Seção IV
Dos atos**

Art. 9º Os atos propostos tomarão a forma de Resolução, Parecer ou Indicação, serão assinados pelo presidente e votados pelos conselheiros presentes.

§ 1º Resolução é o ato pelo qual o conselho normatiza matéria de sua competência geral.

§ 2º Parecer é o pronunciamento sobre matéria submetida ao conselho, podendo ser de natureza vinculante ou opinativa, dependendo da natureza respectiva.

§ 3º Indicação é o ato pelo qual o conselho propõe medidas com vistas à expansão e qualidade do esporte do município ou para assegurar e ampliar os direitos da juventude.

§ 4º As Resoluções aprovadas pelo Conselho Municipal de Esporte e Juventude só terão validade após publicação no Diário Oficial do Município.

§ 5º As Resoluções e Indicações terão numeração sequencial e, como referência, a data da respectiva aprovação; os Pareceres terão numeração renovada anualmente.

**Seção V
Do mandato**

Art. 10 O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 11 Constituem hipóteses de perda do mandato e substituição dos conselheiros:

I - falta injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões alternadas durante o período de 01 (um) ano;

II - vacância do cargo ou função que exercia no setor público, perda do mandato eletivo ou desvinculação do segmento representativo do setor privado;

III - condenação por sentença penal transitada em julgado;

IV - renúncia por motivo justificado, exigida, em caso de representante do setor público, a anuência expressa do responsável pela indicação;

V - incompatibilidade de funções ou prática de atos contrários ao interesse público.

§ 1º Na hipótese de perda do mandato será designado novo conselheiro ou suplente, conforme o caso, para completar o mandato do antecessor, observado o disposto no art. 3º.

§ 2º O conselheiro titular ou suplente poderá licenciar-se do exercício de suas atribuições por período não superior a 03 (três) meses.

Art. 12 Há impedimento do conselheiro, sendo-lhe vedado exercer suas funções quando a questão a ser decidida tiver relação com ele próprio, seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.

Art. 13 Há suspeição do conselheiro:

I - amigo íntimo ou inimigo dos interessados na questão a ser decidida;

II - que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciada a deliberação;

III - quando o interessado na deliberação for seu credor ou devedor, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.

Art. 14 O conselheiro poderá abster-se de participar das deliberações mediante alegação de questões de foro íntimo.

Art. 15 Nas hipóteses de impedimento, suspeição ou alegação de questão de foro íntimo pelo conselheiro titular, o suplente será convocado.

Art. 16 As funções dos membros do conselho e das comissões são consideradas serviço público relevante, não lhes cabendo qualquer remuneração.

**CAPÍTULO III
DAS INSTÂNCIAS DO CONSELHO**

Art. 17 O presidente e o secretário administrativo do conselho serão escolhidos mediante votação entre os membros, na primeira reunião, após a expedição do ato de designação pelo Prefeito Municipal.

Art. 18 O Conselho será composto por Mesa Diretora e Plenária.

§ 1º A Mesa Diretora funcionará em caráter permanente e será composta de 05 (cinco) membros conforme discriminado abaixo:

I - presidente;

II - vice-presidente;

III - secretário administrativo;

IV - secretário executivo;

V - diretor de evento.

§ 2º A Plenária será composta por todos os conselheiros.

§ 3º O fim do mandato da Mesa Diretora coincidirá com o término do mandato dos conselheiros, com direito a uma recondução por igual período.

§ 4º Em caso de ausência ou impedimento, o presidente será substituído pelo vice-presidente.

§ 5º Em caso de impedimento ou impossibilidade do vice-presidente na hipótese a que se refere o § 4º, serão sucessivamente chamados o secretário administrativo, o secretário executivo e o diretor de evento.

§ 6º Após eleição da Mesa Diretora será expedida resolução pelo presidente para publicização da composição respectiva.

Art. 19 Compete à Mesa Diretora do Conselho Municipal de Esporte e Juventude:

I - cumprir e encaminhar para publicação as resoluções aprovadas pelo Conselho Municipal de Esporte e Juventude;

II - deliberar, nos casos de urgência, comunicando os fundamentos da decisão aos demais conselheiros, podendo a decisão ser mantida ou reformada;

III - delegar tarefas aos membros do conselho, quando julgar conveniente e necessário.

Art. 20 Compete ao presidente:

I - convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - aprovar a pauta de cada reunião e a ordem do dia;

III - tomar as providências necessárias para o regular funcionamento do conselho;

IV - determinar despesas, encaminhando-as ao Secretário Municipal da Juventude, Cultura e Esporte;

V - representar o conselho e delegar atribuições, quando necessário;

VI - solicitar as providências e recursos necessários ao atendimento dos serviços do conselho;

VII - cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno;

VIII - distribuir os processos à comissão competente, se necessário;

IX - elaborar e apresentar relatório anual;

X - comunicar o Secretário Municipal da Juventude, Cultura e Esporte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, o término do mandato dos membros do Conselho;

XI - desempenhar outras atribuições inerentes à função;

XII - instituir comissões, provisoriamente, mediante resolução, nos termos do art. 25.

Art. 21 Compete ao vice-presidente auxiliar o presidente no desempenho das atribuições previstas no art. 16, além de substituí-lo

nas hipóteses de ausência ou impedimento conforme art. 18, § 4º, deste Regimento.

Art. 22 Compete ao secretário administrativo:

- I - comparecer às sessões plenárias e elaborar as atas respectivas;
- II - submeter a despacho e assinatura do presidente o expediente e documentos que devem ser por ele assinados;
- III - expedir convocações para as reuniões e secretariá-las;
- IV - coordenar a organização e atualização da correspondência, arquivos e documentos;
- V - colaborar na elaboração do relatório anual;
- VI - desempenhar outras atribuições inerentes à função.

Art. 23 Compete ao secretário executivo auxiliar o secretário administrativo a desempenhar as atribuições previstas no art. 22.

Art. 24 Compete ao diretor de evento propor, organizar e fomentar a participação de atletas e jovens nos eventos e campeonatos em âmbito municipal, regional e/ou nacional.

CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES PROVISÓRIAS

Art. 25 O presidente poderá instituir comissões provisórias com a finalidade de apresentar projetos e propor medidas que contribuam para a concretização das políticas propostas, relacionados aos seus temas.

§ 1º As comissões serão compostas por, no mínimo, 01 (um) conselheiro e por membros que possuam notório saber sobre o tema.

§ 2º Os membros das comissões provisórias serão designados pelo presidente, mediante a expedição de resolução, que estabelecerá o tema, a composição e a duração da comissão, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de solicitar a indicação dos representantes.

CAPÍTULO V DO PETICIONAMENTO

Art. 26 São assegurados a todos o direito de peticionar ao conselho em defesa de direito ou interesse próprio ou coletivo.

§ 1º O requerimento será endereçado ao conselho, que deliberará acerca do pedido na reunião subsequente à data do protocolo.

§ 2º No prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da ciência da decisão proferida, poderá o interessado apresentar pedido de reconsideração.

§ 3º O conselho, em igual prazo, decidirá sobre o pedido de reconsideração, fundamentadamente.

§ 4º É cabível recurso da decisão proferida em sede de reconsideração, endereçado ao presidente do conselho, o qual deverá ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da ciência, e apreciado em igual período.

§ 5º Para decidir o recurso, o presidente do conselho poderá solicitar apoio à Mesa Diretora.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 Autoridades, especialistas e outras pessoas poderão ser convidadas para as reuniões a fim de prestarem esclarecimentos sobre a matéria em discussão e participarem dos debates, vedada, em qualquer caso, a votação de terceiros não integrantes do conselho.

Art. 28 As omissões e as dúvidas de interpretação e execução deste Regimento serão resolvidas pelo plenário do conselho.

Art. 29 O presente Regimento poderá ser alterado, de acordo com a legislação vigente, pela aprovação da maioria simples dos integrantes do Conselho Municipal de Esporte e Juventude em reunião convocada especificamente para tal finalidade.

Art. 30 Fica revogado o Regimento Interno homologado pelo Decreto nº 2035, de 26 de dezembro de 2017.

Art. 31 Este Regimento entra em vigor na data da homologação pelo Prefeito Municipal.

Monte Carmelo/MG, 01 de agosto de 2023.

CASSIO ROSANO DE SOUZA BATISTA
Presidente do Conselho Municipal de Esporte
e Juventude de Monte Carmelo/MG



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG.
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 64/2023 NA
FORMA: PRESENCIAL.** A Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 17 de agosto de 2023, às 09:00 horas no setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel, nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, o Pregão Presencial nº 64/2023, tipo menor preço. Critério de julgamento: por item. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Refeições para atender as necessidades do Município de Monte Carmelo. Com Cota e reserva de itens para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Data do Edital: 01/08/2023. Monte Carmelo, 02 de agosto de 2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: JEANNE CRISTINA COSTA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 1391](#)

[ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)